

## O bazar colonial no Timor Português: a submissão dos “comerciantes selvagens”

Lúcio Manuel Gomes de Sousa  
Universidade Aberta

### Introdução: acerca de bazares

**Báassar**, s. bazar, feira, mercado. Este termo foi introduzido pelos portugueses, e é geralmente usado em todo o Oriente. (Dores, 1907: 92)

**Bazar** [...] No Oriente, é mercado em geral e às vezes feira. Do persa bāzār, “mercado permanente ou rua de lojas”. (Dalgado, 1982 [1919]: 106)

**Basar**. Mercado; feira; bazar. O *basar* é um momento social em que as pessoas se encontram, convivem, negociam ou permutam os bens necessários ao lar. (Costa, 2000: 51)

No início do século XX, as palavras bazar e mercado eram ambas usadas nos registos oficiais portugueses no Timor Português, como o Boletim Oficial de Timor. No entanto, com o tempo, a palavra mercado ganha o *status* oficial. Todavia, a palavra “bazar” (Tetun: *basar*) permanece amplamente utilizada na vida quotidiana e na literatura.

O termo “mercado” é comumente associado ao espaço de venda e troca de bens. Todavia, o termo bazar refere-se tanto ao local, quanto ao evento, seja este o mercado diário ou o grande mercado semanal<sup>1</sup>. De acordo com Menezes (2006 [1968]: 157), há uma distinção entre estes dois momentos em “tamanho” e tempo: o bazar diário era conhecido em tétum como *basar kiik*, o pequeno bazar; e o evento semanal era reconhecido como *basar boot*, o grande bazar. O bazar diário é social e economicamente restrito aos moradores da povoação, enquanto que o bazar semanal é um polo regional multicultural, com a participação de diferentes grupos etnolinguísticos regionais, vindos de aldeias próximas ou de outras regiões, depois de percorridas, por vezes, longas distâncias.

Como um lugar, os mercados / bazares referem-se a um local concreto, fixo no espaço, geralmente localizado no centro das povoações, e usualmente cercado pelas principais lojas de venda a retalho. O mercado diário usualmente inclui fornecedores e compradores locais, tendo por base sobretudo produtos hortícolas. O bazar semanal atrai agricultores das áreas vizinhas que vêm

---

<sup>1</sup> Há também pequenas barracas de mercado, diariamente, ao longo das estradas principais, no campo, às vezes associadas a pequenos restaurantes de estrada. Em alguns casos, quando a estrada principal atravessa a aldeia, estes são também os locais do bazar semanal, ex. de Atabae, no distrito de Bobonaro.

vender os seus produtos e comerciantes regionais que circulam pelos principais bazares semanais de uma certa região, vendendo uma variedade de produtos diferentes, desde álcool, roupas, utensílios de cozinha e casa, papelaria, etc. O mercado diário está no coração do “bazar”, geralmente localizado num edifício com teto de zinco, sem paredes. Em alguns casos, o bazar fica ao longo da estrada ou do cruzamento principal no centro da cidade. O bazar semanal estende-se a partir desse epicentro restrito e ocupa a área circundante, seja a praça ou as ruas, adquirindo um grau de plasticidade associado ao espaço disponível. A relação das lojas a retalho com o mercado é de grande importância e, em alguns casos, é difícil distingui-las<sup>2</sup>. Histórica e economicamente a existência dessas lojas, a maioria delas tradicionalmente pertencentes a membros da comunidade chinesa, é relevante porque há uma interação intensa entre estas e o bazar. As lojas fornecem produtos que são vendidos para os proprietários de pequenas lojas, os quiosques, ao mesmo tempo que vendem no próprio bazar semanal, saindo os seus produtos dos limites da loja para ocuparem o espaço contíguo.

O bazar também era, e ainda é, um parâmetro de tempo. Corrêa (2009 [1934]) comenta que em Manatuto uma forma de contar o tempo era de acordo com os dias de bazar: bazar Maubisse (para quarta-feira); bazar Turiscain (para terça-feira), e o mês era contabilizado calculando as semanas passadas desde o último bazar. Hoje, a rotina do bazar semanal ainda é fundamental para a vida de pequenas e grandes comunidades. Independentemente do nome mercado / *basar*, diário e semanal, ele continua a ser um cenário de resiliência para as interações económicas e sociais entre fornecedores, compradores e espectadores. No entanto, outras esferas da vida social desempenham um papel importante no olhar associado ao comparecimento a um bazar. Uma dessas dimensões é a lúdica, relacionada à prática de jogos, sendo a mais relevante a luta de galo, um melodrama fundamental na vida social (Geertz, 2008 [1973]). Como Thomaz (1973) declarou, o bazar é, mais que uma atividade económica, um evento social (1973: 22). Em Timor Leste, a relevância social do mercado é expressa por David Hicks quando diz:

The space occupied by the weekly emporium offered a forum in which ethnicity, social hierarchy, gender, a pastime (cockfighting), and religious affiliation visually played themselves out and presented a physical replication of social distinctions that defined the character of the town and the sub-district it served. (2012: 55)

Historicamente, os bazares são, em contexto colonial, não apenas uma atividade económica importante, mas também uma ferramenta para pesquisar e controlar os atores económicos, políticos e sociais (Yang, 1998). Eles podem ser classificados como um instrumento de império, parte das ferramentas essenciais de imposição e controle colonial de uma administração e interesses

---

2 Durante o bazar semanal, os donos de lojas usam a varanda ou o espaço frontal da loja para exibir os produtos.

económicos (Headrick, 1981), e como tal sujeito à sua objetivação, traduzindo o modelo nativo num objeto de manipulação colonial, transformando processos sociais locais, sujeitando-os à ordenação colonial, medição e padronização, a fim de introduzir ordem e reconhecimento da autoridade. No entanto, a subjetivação pode decorrer deste processo, já que diferentes atores podem, a partir de dentro, desenvolver e executar novas ideias e papéis para neutralizar a imposição feita por estranhos.

Neste artigo pretendemos fazer uma análise exploratória do modo como os bazares tradicionais foram incorporados pelas autoridades coloniais portuguesas no início do século XX como uma ferramenta política instrumental do domínio colonial para controlar a população nativa, o fluxo de trocas económicas no território e limitar a interação da população local e viajantes estrangeiros, considerados perigosos, e obrigando estes a estabelecerem-se, fixarem-se. Na essência, esta é uma medida política para simbolizar a autoridade colonial na prática, estabelecendo um teatro para a representação dos diferentes atores sociais com papeis definidos.

Esta pesquisa é baseada em investigação documental e arquivística, revisão de literatura contemporânea do período e também em literatura sobre a matéria. Algumas das observações decorrem de pesquisa etnográfica pessoal efetuada extensivamente em Timor Leste<sup>3</sup>.

### **Os “comerciantes selvagens” no final do século XIX**

A segunda metade do século XIX, até a primeira década do século XX, foi um período de revoltas recorrentes contra a presença colonial portuguesa em Timor (Pélissier, 2007). Uma das ameaças à autoridade portuguesa era comércio de armas efetuado sobretudo por comerciantes chineses que circulariam sem controlo entre ambos os territórios, holandês e português, supostamente para fazerem aquisições e vendas de bens junto das populações locais. Muito pouco se sabe sobre o papel dos bazares locais na colónia do Timor Português. Castro (1867) e França (1897) pouco comentam sobre eles, mencionando apenas a existência de uma economia de troca entre o interior e a costa, sobretudo em torno de Díli, baseada numa troca limitada de bens, particularmente motivada pelas necessidades de guerra (Castro, 1867) ou a preparação de casamentos (França, 1897).

---

3 Estes incluem o trabalho como professor por dois anos em Maliana e Bobonaro entre 2000-2002, vivendo entre setembro de 2001 e agosto de 2002 na vila de Bobonaro; o trabalho de campo para doutoramento em Timor-Leste em Agosto de 2003, Agosto de 2004 e Setembro de 2005 a Agosto de 2006, feito com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação Oriente; trabalho de campo efetuado em visitas curtas em 2010 no projecto Translation as Culture, Projecto FCT - PTDC / ANT / 81065/2006; em 2012 e 2013 no projeto As ciências da classificação antropológica no 'Timor Português' (1894-1975). Projeto FCT - HC / 0089/2009 e 2014, como consultor da Sitios & Formas num projeto de mercados locais.

Não obstante, dois relatos de testemunhas oculares dos finais do século XIX revelam muito sobre a dinâmica do bazar na altura, particularmente fora de Díli, a capital da colônia. O naturalista Henry Forbes, que visitou Timor Português em 1882-1883, encontra-se, enquanto viaja no interior, com um “mercado nativo” perto de “Bibiçuçu”, que congregava “uma multidão feroz e selvagem” (1885: 461). Depois de um momento de mútua surpresa e curiosidade, o naturalista retratou o evento:

There were between two and three hundred people congregated—a wild and savage-like crowd. The men were dressed in little more than the ordinary T-bandage or hakpoliké of native make, about their loins; some, but not all, of them had a kerchief girt about the head, while their hair was twisted into a knot on the top or back of the head, or combed out into a crimped or semi-frizzled mop. Every man wore suspended over his shoulder a tais or plaid, which differed in ornamentation and excellence of manufacture according to the district in which it had been made. From his shoulder-knob depended his coī, or wallet, the cords for whose opening and closing were elaborately strung with circular disks of shells alternating with dice-like beads of bone richly carved. In this is carried a store of betel-leaves and pinang-nut, with tobacco and other chewing necessaries, and the universal bamboo drinking-cup in case in his travels he should meet some friend or acquaintance who has a supply of palm-wine (laru) or of kanipa, as they name the coarse gin imported by thousands of cases every month into the country.

Every man was armed with a spear and a long knife, and if he had not a long tower flint-lock over his shoulder, he grasped a bow and a handful of arrows, light shafts made of the tall canes that grow everywhere in the island, tipped with poisoned bamboo barbs. Many of them carried besides a buffalo-hide shield to ward off- the stones which, suddenly enraged, they are in the habit of discharging — and with wonderful power and accuracy — at each other. Most of the men had round the waist ammunition pouches of thick buffalo-hide, in form much like European cartridge-belts, with compartments for the small bamboo cylinders in which they keep gunpowder, shot, flints, balls of lead or of ruby crystals gathered out of the river beds; here and there a man from the western kingdoms of the Portuguese territory could be told by the excellence of the construction of these accoutrements, and the elegant way in which they were studded with large tin-headed nails, or with rows of Dutch silver coins, and occasionally with an English sovereign among them transfixed by a nail through its center.

The women wear very few ornaments — a few arm-bands of silver or horn, and occasionally earrings, and, transfixing the knot in which their hair was gathered behind, a high semi-circular comb, elaborately carved in beautiful and complex patterns. These are said -to be given by the youths to their sweethearts, and possibly represent a sort of engagement token. Their dress was a simple tunic, the taisfeta, hung from the waist or from the armpits to the knees.

The women did all the selling and buying, while the men strutted about exchanging with each other drinks of palm- wine — to which they are inordinately given. Besides the different food stuffs, there were exposed for sale on the ground, piles of those beautiful cloths, entirely spun and woven by themselves, in which both between themselves and among the surrounding islands a large trade is done, and cigarette and tobacco holders exquisitely woven out of thin shreds of palm-leaf, on which are worked in additional fibres most artistic coloured designs [...] I was told

that rarely a month passed without once, or oftener, the market being suddenly broken up by a drunken brawl, as few of the men ever leave it sober.

I myself witnessed the preliminary blaze of passion in a fiery spirit who, aggrieved in some way, had sought his foe in the market-place, whither he had come, however, just too late to find him. It was a sight to remember — the flashing eyes and passionate mien of that wild savage, the hasty and significant look at the priming of his flint-lock, as he dashed away in hot pursuit (a wild cry being passed down the valley to the pursued), bounding from rock to rock in the river bed like a chamois, his coi and long knife dangling by his sides, and his tails flowing out behind him with the fleetness of his pace. I watched him till he disappeared behind a bend of the river; but I never recall the features of the man without wondering what was the issue of that passionate chase. (Forbes, 1885: 461-464)

A descrição feita pelo autor do mercado e seus comerciantes “selvagens” é relevante. O mercado supostamente tinha uma dimensão regional, expressa pelo uso das diferentes peças de vestuário, e a sua localização parece estar fora da aldeia principal, num espaço aberto. O momento também é pertinente, pois é mencionado que ocorre semanalmente. O autor presta uma grande atenção aos trajes dos participantes, em particular o caso dos homens, que carregavam não apenas espadas, mas também lanças, um detalhe que indica que a autoridade portuguesa estava ausente (ele nem reconhece a presença de qualquer autoridade portuguesa). Todavia, acima de tudo, ele descreve o papel que cada género desempenha no mercado, nomeadamente as mulheres, vendendo e comprando, enquanto que os homens carregam as suas armas. O papel atribuído às mulheres é, de fato, semelhante ao observado hoje, e pode esclarecer a importância das mulheres na gestão não apenas da economia da casa, mas também na circulação local e regional de mercadorias.

Os produtos mencionados pelo autor, além de alimentos, incluíam “roupas bonitas”, cigarros e cigarros etc. (Forbes, 1885: 463) expostos no chão. A referência ao comércio inter-ilhas de vestuário local é notória, pois revela um fluxo autónomo de mercadorias num contexto regional, eventualmente não controlado pelos portugueses? Um comentário final da Forbes vale a pena mencionar: a recorrência de conflitos no mercado e a presença de vendedores da “região ocidental”. Este fato indica que os mercados eram um lugar de troca de produtos, mas também de contato entre diferentes grupos etnolinguísticos, de diferentes regiões, uma arena intercultural de orgulho local, apesar da eventualidade de conflito.

Outro testemunho, por outro espectador, e mais uma vez, em Biçusso, provavelmente no mesmo mercado é feito por José Silva (1892), médico português em missão oficial, que comenta a sua experiência num bazar em Bulido, na zona de Bibiçusso. O bazar ocorreu num domingo, num local na fronteira entre três reinos locais, cujas populações frequentam semanalmente para fazer as suas permutações de comida e outros tipos de bens. É frequente nessas aglomerações, com pessoas mais ou menos armadas e reinos diversos, emergir o conflito por qualquer pretexto fútil.

Segundo refere, ele e seus colegas eram os únicos *malais* (estrangeiros) presentes. Foi exatamente nesse momento que um incidente surgiu entre elementos do reino de Allas e do reino de Bibiçusso. A existência de armas à mão (como na descrição de Forbes) parece indicar que não estavam presentes autoridades portuguesas (embora Allas fosse, na altura, um dos únicos locais onde as autoridades portuguesas tinham uma presença na costa sul). Na verdade, segundo Silva, foi ele próprio quem conseguiu resolver o problema, mandando embora uma das partes, e tendo noção de que estaria eventualmente a protelar a resolução do incidente para um futuro próximo, quando nenhum *malai* estivesse presente<sup>4</sup>. Uma nota para referenciar o facto de que, ambos os testemunhos só fazem alusão à presença de timorenses de diversos reinos, não indicando a presença não só outros portugueses ou de chineses.

### **A submissão dos “comerciantes selvagens”**

A ideia de que no final do século XIX os bazares aconteciam regularmente em locais relativamente isolados de Timor, com timorenses ostentando as suas armas, sem qualquer controlo evidente pelas autoridades portuguesas, ou a presença de comerciantes chineses, é importante porque, na viragem do século, o oposto será propositadamente promovido. Este fato não pode ser analisado sem ter presente o processo de ocupação efetiva do território iniciado com o governador José Celestino da Silva (1894 - 1908). De fato, um novo paradigma de mercado será desenvolvido após o estabelecimento de uma rede militar-administrativa no território denominada “commandos” uma fortificação com um posto militar, ligado ao resto do território por uma rede incipiente de estradas e pelo fio telegráfico. A implementação destes centros na sequência das campanhas de “pacificação” permitiram às autoridades portuguesas anular e erradicar as resistências locais e reivindicar a autoridade em todo o território (Roque, 2010; Sousa, 2016). A realocação do local, a reconfiguração do espaço e a concentração nos lugares controlados pelos portugueses foram um instrumento político para que as autoridades coloniais afirmassem o seu poder sobre a população em geral e grupos particulares, como os mercadores estrangeiros errantes, principalmente os chineses, considerados como responsáveis pela erupção de rebeliões, já que eram os principais fornecedores de armas no interior.

Como Menezes (2006 [1968]: 156) explica que, em 1896, o governador, nas suas “Instruções aos comandantes militares do distrito de Timor”, reafirma a sua intenção de que cada “comando” seja um grande centro comercial, com mercados regulares, ou bazares. Estes atrairiam

---

<sup>4</sup> O conceito de bazares na “fronteira” é relevante como uma hipótese de um polo de interação na sociedade multicultural timorense. De fato, muitas das sedes de distrito ou de subdistrito reúnem, pelo menos, dois grupos etnolinguísticos diferentes.

comerciantes e permitiriam, ao mesmo tempo, controlar sua atividade, impondo o seu estabelecimento em povoações com postos militares. Como Figueiredo (2011) esclarece, essas medidas foram implementadas a fim de regular o comércio, principalmente dos comerciantes errantes, que geralmente compram produtos diretamente nas aldeias, mas também para garantir os direitos do Estado sobre essas transações. Além das vantagens mencionadas, o governador também considerava que a frequência por parte dos indígenas deste novo mercado contribuiria para o abandono de seus hábitos “selvagens”. Em conclusão, o papel multidimensional da aculturação do mercado proporcionaria interesses comerciais, financeiros, policiais e de “civilização” (Figueiredo, 2011: 300).

Em 1901, Celestino da Silva queixa-se da frequência dos dias de bazar na região central e no Oeste, declarando que isso não contribui para o desenvolvimento económico e comercial, já que mantém os indígenas ausentes dos seus trabalhos, o que o leva a regulamentar a sua periodicidade, concentrando-os aos domingos e quintas-feiras. O domínio colonial organiza o espaço e o tempo dos bazares, criando *habitus* que devem ser difundidos por editais ou, como é chamado localmente: “bandos” na sede dos comandos<sup>5</sup>.

Alguns testemunhos dessas mudanças podem ser referidos. No seu livro Flores de Coral, de 1909, Osório de Castro, comenta que o “baçar” ou “feira” ocorre nos comandos e nos “lugares tradicionais”, mostrando a transição que estava a ocorrer: “Nos commandos militares, em alguns pontos tradicionais, ha feiras periódicas, chamadas *báçar* ou *feira*, e a que concorre todo o povo das cercanias, fazendo-se geralmente o comércio por troca, ou *retorno*, para dizer como Fernando Mendes Pinto” (Castro, 1909: 179). O fato de o comércio entre os nativos ser realizado sobretudo pela troca de mercadorias em vez de moeda também é mencionado por Silva:

O comércio entre os indígenas e nos mercados do interior realiza-se mais pelo escambo ou troca que dinheiro; este é conhecido e apreciado como material a empregar no fabrico de joias variadas ou utilizado pela applicação directa sobre os pentes e cintos que prendem os cabellos e os pannos das mulheres. (Silva, 1910: 38)

Em 1911, as autoridades tentam organizar, junto com os bazares locais, os “mercados regionais” para vender mercadorias nativas que poderiam ser exportadas. No despacho nº 257, de 16 de dezembro<sup>6</sup>, o governador Filomeno da Câmara Mello Cabral, define as principais regras que deveriam ordenar essa atividade. O objetivo era duplo: primeiro, controlar os mercadores, principalmente chineses, que praticavam o comércio itinerante, ou seja, a aquisição de bens indígenas nas aldeias por meio de trocas diretas e a aplicação de impostos mais pesados – da mesma

---

5 Boletim Oficial de Timor (BOT), nº 40, 10 de maio 1901, p. 165.

6 Boletim Oficial de Timor, nº 50, 16<sup>th</sup> December 1911.

forma, todas as transações deveriam ser feitas com dinheiro; em segundo lugar, para obrigar a movimentação de indígenas para a sede administrativa, promovendo “um contato mais regular com as autoridades da província”. Esta última frase revela que, juntamente com os propósitos económicos, a agenda política também era essencial. Este movimento de carácter económico e securitário não foi exclusivo das autoridades coloniais portuguesas. Na vizinha Timor Ocidental, as autoridades coloniais holandesas também atuaram desta forma no início do século XX, concentrando a população de origem chinesa em Kuopang e estabelecendo “[...] a pass system for Chinese and other foreigners who wished to enter the interior; establishment of pasars (markets) to introduce competitive trading and end the Chinese-run monopoly barter system.” (Farram, s.d.: 76).

Os bazares eram assim um ponto focal na sociedade local, mas também um índice da situação política. Inso explica que, em 1911, a ausência dos nativos dos bazares foi um sinal da revolta em preparação. “[...] no pòsto de Same, situado no reino de Manufai, ia-se notando que muitos nativos se abstinham de freqüentar os *bazares*, ou mercados regionais.” (Inso, 1939: 24). No entanto, foi em um dia de bazar que o ataque da revolta de Manufai começou: “[...] de manhã cedo, quando os *moradores* estavam espalhados pelo *bazar*, o comandante sentiu barulho e, como ainda estivesse deitado, levantou-se para ver de que se tratava. Uma turba invadia-lhe a casa; ferem-no com uma zagaia, quis fechar as janelas e já não podê.” (Inso, 1939: 25).

A fim de supervisionar e controlar o fluxo de bens e pessoas, a localização dos mercados e sua data é estabelecida. Os produtos considerados sujeitos ao controle tributário eram: o café, a copra, o cacau, a areca, o sândalo, a cera, os chifres de veado, os chifres e as peles de búfalo. Havia em 1911 dezanove mercados regionais reconhecidos nos onze “comandos”<sup>7</sup>:

<b>Comandos</b>	<b>Mercados</b>	<b>Dias</b>
Mothael	Ermera	Domingo
	Remexio	Sábado
	Aileu	Quintas-feiras
Liquiça	Aipêlo	Domingo
	Boibau	Quintas-feiras
	Maubara	Domingo
Hato-Lia	Hato-Lia	Domingo
Batugadé	Balibó	Domingo
Lamakitos	Bobonaro	Domingo
	Suai	Quintas-feiras
Manufahi	Same	Domingo
Manatuto	Manatuto	Domingo
	Laclubar	Quintas-feiras
Baucau	Baucau	Domingo
	Viqueque	Quintas-feiras

7 Em 1912, foi autorizado um novo “mercado regional” em Viqueque, aos domingos. Boletim Oficial de Timor (BOT), nº 43, p.221, 26 de outubro de 1912.

Lautem	Lautem	Domingo
	Loré	Quintas-feiras
Okusse	Pant Makassar	Domingo
Dilly (vila)	Dilly	Domingo

[Tabela 1: Mercados regionais em 1911.

Fonte: Boletim Oficial de Timor, nº 50, p.392, 16.12.1911]

Abalada pela guerra durante a guerra de Manufahi em 1912, a última grande revolta contra a presença colonial portuguesa, as medidas em desenvolvimento não puderam ser implementadas na íntegra. No entanto, após a guerra, a associação de mercado com a sede “comandos” foi novamente restabelecida e, por questões de segurança, simbólica e prática, o evento começou a exibir um aparato ritual militar, uma exibição semanal de controle político e militar, num quadro de parada do poder. Em 1915, o administrador militar do distrito de Lautem escreve que “[...] a mudança do mercado perto da tranqueira é feita, essa mudança trouxe um aumento na receita porque o número de banca de mercado nos dias de feira é muito mais do que no lugar antigo.”<sup>8</sup>. Para melhorar este “contato com as autoridades”, o bazar decorreria na vila e seria rigidamente controlado pelas autoridades. A nova rotina do bazar é uma *performance* colonial, uma demonstração ritual de autoridade marcial. O bazar promoveria novos *habitus*. Como explica Felgas, esta rotina “[...] contribuiria para tornar os indígenas mais sociáveis e civilizados pelo contato com nativos mais desenvolvidos e com os europeus” (1956: 270). De igual forma, o bazar torna-se um símbolo de desenvolvimento promovido pela ação colonial: “Nas povoações surgem as escolas, as enfermarias e os edifícios dos bazares.” (Braga, 1936: 12).

Até às vésperas da Segunda Guerra Mundial, vários mercados regionais estavam abertos. O desenvolvimento económico da ilha, após a última grande revolta de Manufahi, em 1912, permite o crescimento do sistema de bazar. Pode-se propor que a proliferação dos bazares, apesar da limitada rede de comunicações, é um índice do controlo das autoridades coloniais sobre seus súditos nativos. Este crescimento conduziu à criação, em 1925, do “Feira ou Mercado Anual de Timor”, em Díli, a capital, com o objetivo de mostrar as “possibilidades timorenses”, e a criação de bem-estar nativo, que incluiria representantes de todo o território, representado por cada distrito<sup>9</sup>.

Esta estratégia colonial não era exclusiva dos administradores coloniais portugueses. Na vizinha Timor Ocidental, desde o início do século, a mesma política foi implementada pelas autoridades holandesas:

Captain Franssen Herderschee became a Civiël Gezaghebber (Civil Administrator) [...] was ordered to introduce new regulations designed to bring rust en order to the district. These included: abolition of headhunting and slave trading; a prohibition

8 Boletim Comercial e Agrícola de Timor, nº 6, Nov/Dez 1915, p. 627.

9 Boletim Oficial de Timor, nº49, 18 Abr 1925, p.167-168.

on the possession of firearms; registration of the people; assignation of fixed dwelling places; a pass system for Chinese and other foreigners who wished to enter the interior; establishment of pasars (markets) to introduce competitive trading and end the Chinese-run monopoly barter system; establishment of regulated 'native administrations'; the building of connecting roads; and the assignment of fixed grazing areas for wandering stock, as reprisals for stolen livestock were seen as being at the root of all the wars, headhunting and kidnapping in the region. (Farram, s.d.: 106)

## O desempenho colonial no bazar

O dia do bazar semanal tornou-se um momento de demonstração de poder, sujeito a uma ritualização e ao uso simbólico de sinais da ordem colonial portuguesa, nomeadamente os trajes militares e a bandeira portuguesa. No dia do bazar as pessoas chegavam cedo. O comércio só se iniciaria após o comandante ou administrador dar um sinal, que poderia ser o içar da bandeira portuguesa, ou o tocar dos tambores pelos “moradores”, uma milícia local, ou os “cipaios”, a polícia nativa.

É cedo ainda. Sente-se nos calcanhares, à espera que o comandante do pôsto ou o administrador da circunscrição dê o sinal de abertura do mercado. E quando o sinal resôa no toque de tambor dos *moradores*, um alarido alegre ergue-se da multidão. [...] a multidão abandona as lojas das chinas, desfaz os grupos, e corre para dentro do *bázar*. E, então, os olhos podem contemplar a mais exótica alacridade e os ouvidos ouvir a mais estranha polifonia de gritos e ruídos da existência da gente de Timor. (Braga, 1936: 34)

Esta performance, ilustrativa dos comandos, tem nos “postos”, circunscrição administrativa de nível inferior, e associada sobretudo a locais mais isolados, uma interessante associação entre diversos elementos em presença: o posto – o mastro – o ingondoeiro, os dois primeiros de expressão de ordem colonial, e o último, de ordem nativa, porquanto muitos destes ingondoeiros eram as antigas árvores sagradas onde se colocavam as cabeças dos inimigos vencidos.

Bàzar-Téte possui, como todas as povoações, semanalmente, o seu dia de bazar.

À frente do posto, no largo e junto do ingondoeiro, está um mastro. Às quintas-feiras, logo que o sol desponta, cabo dos moradores reúne a dúzia e meia de subordinados em serviço. Põe-lhes nas mãos espingardas simuladas, como as que fazem as crianças. Depois manda marcar passo, dar meias voltas à direita e à esquerda, evolucionar no largo a marchar. Os tambores rufam estrondosamente. E o regimento de Bazar-Téte, com as espingardas de pau e com as lipas, lembrando garôtos a brincar e lembrando soldados escoceses, desce pela rua da povoação, para ao fundo, dá meia volta e regressa ao posto. Os *lábarac* e os filhos dos chinas marcham atrás em grandes passadas, a rir, com os olhos muito abertos. Um galo, dois galos, vinte, trinta galos, cantam. E os moradores alinham virados para o mastro. Depois o cabo manda apresentar armas. A bandeira nacional sobe

vagarosamente. Centenas de indígenas elevam-se nos calcanhares e gritam. Os galos continuam a cantar.

Está aberto o bazar, o mercado. (Braga, s.d.: 33-34)

Outro aspeto do procedimento instrumental é o fato de o dia do bazar ser uma oportunidade para as autoridades comunicarem e obterem informações. Duarte comenta que a presença dos chefes no bazar era uma ocasião para as autoridades darem ordens, nomeadamente as relacionadas com o plantio e para receber também as informações sobre as culturas de arroz. Duarte comenta “circulares”, ordens especiais dadas aos Comandos, como a que ele publica: “[...] devendo V. exa. aproveitar os dias de bazares para que os chefes principais que aí compareçam falem aos povos no sentido de intensificarem a sementeira do arroz nos terrenos que a isso se prestem.” (Duarte, 1930: 387).

A mesma ideia é transmitida por Martins sobre o bazar em Same, geralmente frequentado por chefes *liurais* e *suku*. Como a cerimónia da bandeira decorre na sede da administração: “O mercado abria depois da cerimónia do içar da bandeira, em que se encontravam os Liurais e Chefes de Suco e que tinham lugar na Secretaria da Administração, pelas sete da manhã. Aproveitava-se a ocasião para dar notícias, informações ou transmitir orientações emanadas do Governo e para avaliar o estado das plantações ou do andamento das colheitas” (Martins, 2008: 71).

No entanto, juntamente com os ritos marciais que abriam o bazar, Braga (1936) descreve vividamente os sentidos de humor e os interesses das pessoas que o frequentam, descrevendo-o como um lugar para ver e ser visto, onde as várias comunidades se unem com interesses diversos e múltiplos. Para os europeus, ele concordou, é principalmente um lugar para ver, particularmente as mulheres, as *nonas*, afirmando que: “[...] as ruas de Dili e os *bazares* são como as das ruas Aurea e Augusta, Carmo e Garrett, como o Bennard, o Tivoli, o S. Luiz...” (1936: 11). Mas o bazar também é um índice de desenvolvimento, manifesto sobretudo nas sedes de comandos:

Nas sedes dos comandos, os *bázares* têm edifícios, alguns monumentais. Nos postos, realizam-se à volta dos ingondoeiros, numa clareira na floresta ou junto a um mastro em que flutua a bandeira nacional, hasteada em dias de mercado. Mas, quer seja à sombra dos telhados de zinco - quer sob a incidência de um sol forte e agressivo, os *bázares* constituem a manifestação mais típica da vida timorense, impregnada de colorido e de movimento. (Braga, 1936: 34).

O bazar enquanto instituição, é caracterizado por Menezes (2006 [1968]) como uma “instituição lusotrópica” não apenas pelos produtos comercializados, mas principalmente pelo encontro de uma assembleia intercultural única. E a motivação para frequentar o bazar é mais do que apenas económica, como retrata Fontoura (1942: 23) que destaca a “convivência” dos bazares, par aos quais percorrem longas distâncias.

A dimensão económica do bazar também foi uma forma de difundir o uso da moeda na economia timorense, particularmente após a introdução de um imposto principal em 1908 (Hicks, 2012). Martinho (1943: 154) indica que os produtos vendidos regularmente eram pequenas cestas de amendoim, areca, arroz e batata doce, e frutas, sal, tabaco, bétel, algodão, pequenos pedaços de carne. Porém, no momento do pagamento de impostos<sup>10</sup> outros bens eram negociados, como panos, joias, cavalos, porcos, bodes, búfalos e grande quantidade de arroz e milho. Segundo Felgas (1956), o uso desses postos avançados para os mercados permitia o desenvolvimento da agricultura, mas também a estabilização dos preços que beneficiariam os produtores locais.

Em 1947, a necessidade de reunir mercadorias locais em maior quantidade para exportação, nomeadamente café, borracha, sisal, copra, cera animal e areca, abre caminho para a criação de “mercados indígenas” em Díli e em toda a sede da circunscrição - nova organização administrativa). De acordo com esta ordenação<sup>11</sup> os “bazares” também poderiam vender esses mesmos itens, mas em pequenas quantidades. Estes bazares ocorreriam em local distinto, mais perto da costa. O uso de sistemas de medição era obrigatório e as autoridades definiam o preço dos produtos. Esses mercados deveriam ocorrer algumas semanas antes da chegada de determinados navios ao território.<sup>12</sup>

A organização espacial dos produtos no bazar também era foco de controlo, já que cada tipo de produto seria organizado em lotes, distribuídos ao ar livre ou dentro dos novos edifícios que cobririam principalmente o “*basar kiik*”. A imposição direta da “ordem” era efetuada pelos “polícias indígenas”

E, a regular a ordem, de onde em onde, autoritários pela posse dos *casse-têtes*, os polícias indígenas postam-se atentos e imponentes. [...] Prendem os indígenas que se envolvem em questões, o china que se exalta e insulta os vendedores. Aproximam-se dos grupos onde as vozes se elevam mais iradas, determinam os lugares a ocupar pelos géneros em mercado. (Braga, 1936: 38).

Não dispomos de muitos dados sobre essas construções no interior. Todavia, Díli e Baucau tiveram grandes edifícios para abrigar o mercado. Desde o início, os principais comandos pareciam ter edifícios especiais para o bazar, um processo estimulado principalmente nos anos vinte e trinta. As estruturas do bazar tornam-se um exemplo do desenvolvimento colonial, ou “fomento”. O mais conhecido é o Mercado de Baucau, considerado o “melhor edifício de Timor” e construído nos anos trinta. (Correia, 1944).

---

10 Particularmente na estação seca, ocorre um período em que geralmente ocorrem atividades sócio-rituais, como casamentos, reconstruções de casas e rituais de aldeias.

11 BOT nº 9, p.73-74, 1 de março 1947.

12 É difícil analisar a extensão do sucesso dessa medida por causa da guerra. O comércio ambulante era praticado por lojas locais, principalmente as chinesas. (Martinho, 1943: 154).

Apesar desta produção de hierarquias coloniais, o bazar é também um momento de nivelamento, não social, mas humano, em antítese com as regras, um momento único de tradução multicultural. Paulo Braga descreve de forma detalhada essa vivência num grande bazar, como o de Díli e dos comandos:

[...] no bazar, a gente acotovela-se, animada. Com o europeu, cruzam o indiano, o árabe, o china, o timor. Desaparecem as hierarquias. O fato branco, engomado, do europeu, mistura-se com o caqui dos chinas, o quimono o pijama das chinesas, de olhos oblíquos, os balandras e os fêzes brancos dos árabes, os *cambatis* e as cabaias javanesas e timores, ou, ainda, com a pele escura dos *firracos* e a pele negra dos moçambicanos e angolanos. (Braga, 1936: 35)

No entanto, os bazares dos postos, porquanto mais isolados, não têm para Braga a mesma vivacidade:

Não há o colorido e a alacridade do bazar de Díli. Falta o amálgama de muitas raças, a variedade de vestuários e de atitudes, a extensão do bazar da capital timorense. No interior é menos típico, tem menos sol sufocante e tem poucas nonas e poucas chinesas. A sua assistência é preenchida, quase, só por indígenas. Mas fala-nos mais do Timor primitivo. (Braga, s.d.: 34)

Este é um Timor que o autor descreve como mais deprimente e dependente, nomeadamente em relação ao comerciante chinês, o único cliente, e que o autor diz “roubar os indígenas”.

E o bazar também se torna um lugar de troca para manifestação de desejos, como os europeus que não vão para comprar, mas sobretudo para ver as mulheres, assim como, segundo o autor, as esperanças das jovens em casar, em *barlakes*, com portugueses e chineses.

Depois de uma manhã de atividade económica e olhar, o bazar tomaria outra expressão como, ao meio-dia, o bazar ganha uma performance frenética com o espetáculo da luta do galo:

[...] O bazar desfaz-se pouco a pouco e enchem-se as lojas dos chinas. Bebem-se sofregamente canecas de aguardente, de alcool de arroz, *canipa* e *tuaka*. Começam a surgir apostas para as lutas de galo e dirigem-se desafios de grupos para grupos de aficionados. [...] Mas, de repente, a multidão, alucinada, corre para o largo ou para a estrada. Grita, salta, empurra-se num entusiasmo indiscreto. Forma um círculo. E o silêncio, a seguir, torna-se pesado. Quebram-no agora, agora uma, depois outra, vozes isoladas que falam em búfalos, em *picos* de café, em dinheiro. E dois galos, até então conservados a distância um do outro, encontram-se no meio do círculo. Batem as azas, escarvam no solo, alongam os pescoços, com a penugem eriçada. Depois saltam, embatem-se, espetam em carnes os bicos e os esporões afiados. Fios de sangue começam a deslizar pelas penas, salpicando o chão de pontos encarnados. [...] até que um dos galos desfalece e cái em estertor. Então, na multidão há só duas expressões: a dos que ganharam apostas e a dos que perderam. Os primeiros riem, dirigem insultos ao galo vencido, agarram-o, esquartejam-o ainda palpitante. Os segundos afastam-se, derrotados... (Braga, 1936: 38-39).

A relevância da luta de galos, que tem idêntica expressão no bazar do posto, não é apenas para os indivíduos envolvidos, mas também, como afirmou Geertz, nas relações sociais estruturais e as dimensões simbólicas da luta (2008: 185). Oliveira (1971: 67). menciona que, devido aos laços sociais da economia de bazar, a luta de galos é funcionalmente equivalente ao intercâmbio económico que ocorre na parte da manhã, sendo um grande evento onde a comunidade, num sentido económico e lúdico, se manifesta com grande intensidade. Todavia, ainda aqui a autoridade se imiscui. De facto, a luta de galos é objeto de taxaço, e uma das principais fontes de receita: “Termina o bárbaro espetáculo – o único bárbaro costume que as autoridades ainda não puderam proibir, e que, com o pagamento duma licença para a sua realização, constitui uma fonte de receita orçoamental.” (Braga, 1936: 39)

O dia de bazar termina, por fim, com o arrear da bandeira portuguesa.

## **Conclusões**

O bazar é, socioeconomicamente, uma instituição primordial em Timor Leste. Mais pesquisas são necessárias para entender sua dinâmica no século XIX, período em que as economias locais ainda eram controladas indiretamente pelas autoridades coloniais portuguesas, concentradas na costa, enquanto o interior, muitas vezes descrito como rebelde, era dirigido por aliados “por procuraço”, os reinos locais, responsáveis pela cobrança de impostos indiretos.

A ocupaço efetiva do território e o estabelecimento de postos avançados regionais com guarniço militar permanente, os *comandos*, tornando-se a sede da administração, permitiram uma tributaço direta dos timorenses e transformar-se-iam em centros económicos que promoveriam uma rede em todo território, nomeadamente com a fixaço de comerciantes e os estabelecimentos de mercados. Este controlo das transaçoes e das suas receitas, nomeadamente pelas taxas impostas, estava associado à necessidade de “civilizar” os indígenas, colocando-os em contacto com as autoridades coloniais, promovendo assim a sua integraço.

As autoridades portuguesas objetivaram o bazar e transformaram-no num mecanismo de controlo colonial, criando rotinas para atuar no local, como um teatro, e instruindo as relações socioeconómicas dos nativos timorenses entre si e com as autoridades coloniais. As autoridades promoveram e executaram um drama, retratando os principais símbolos de autoridade e poder para melhorar a ordem no espaço e no tempo dos mercados, para que o *habitus* de participaço fosse instalado e os “mercados selvagens” do século dezanove fossem substituídos por mercados coloniais no século XX, em que a “ordem” tem por base o exercício de uma violência predominantemente simbólica, como o “*casse-tête*” ou as “espingardas de pau”, a substituir as

armas nativas vistas por Forbes em Bibicuçu, mas que tem na possibilidade de prisão a sua consequência efetiva. Os indígenas, assim como outros grupos, são transformados em atores submetidos e conformes ao que é a expectativa das autoridades. No entanto, é necessária mais investigação para compreender a dinâmica do bazar na perspectiva dos timorenses e, em particular, o papel desempenhado por outras ocorrências que, ainda que sujeitas à regulação administrativa, são trocas de uma dimensão não exclusivamente económica, altamente simbólicas, como a luta de galos.

### **Referências Bibliográficas**

BRAGA, P., [1936]. *A terra, as gentes e os costumes de Timor*. Cadernos Coloniais, nº 7. Lisboa: Editorial Cosmos.

BRAGA, P., [s.d.]. *Dili-Bazar Tete (Síntese da vida timorense)*. Cadernos Coloniais, nº 14. Lisboa: Editorial Cosmos.

CASTRO, A., [1867]. *As possessões portuguesas na Oceânia*. Lisboa: Imprensa Nacional.

CASTRO, A. O., [1909]. *Flores de Coral*. Díli: Imprensa Nacional.

CORRÊA, A. P., [2009]. *Gentio de Timor*. 2ª ed. Câmara de Lobos: CM Câmara de Lobos. [Gentio de Timor. 1934].

CORREIA, A. P., [1944]. *Timor de Lés a Lés*. Lisboa: Agência Geral das Colónias.

COSTA, L. [2000]. *Dicionário de Tétum-Português*. Lisboa: Edições Colibri.

DALGADO, S. R., [1982]. *Glossário Luso-Asiático*. Coimbra: Imprensa da Universidade. Disponível em <<https://archive.org/details/glossriolusoas00dalguoft/page/n5>>, acesso em 11 mar. 2017. [Glossário Luso-Asiático. 1919].

DORES, R., [1907]. *Diccionario Teto-Português*. Lisboa: Imprensa Nacional.

DUARTE, T., [1930]. *Timor (Ante-Câmara do Inferno !?)*. Famalicão: Tip. Minerva.

FARRAM, S. G., [s.d.]. *From 'Timor Koepan' to 'Timor NTT': a political history of West Timor, 1901-1967*. PhD Thesis. Northern Territory University. Disponível em <[https://espace.cdu.edu.au/eserv/cdu:6450/Thesis\\_CDU\\_6450\\_Farram\\_S.pdf](https://espace.cdu.edu.au/eserv/cdu:6450/Thesis_CDU_6450_Farram_S.pdf)>, acesso em 1 abr. 2017.

FELGAS, H. E., [1956]. *Timor Português*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar.

FIGUEIREDO, F., [2011]. *Timor: a presença portuguesa (1769-1945)*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa.

- FONTOURA, A., [1942]. *O trabalho dos indígenas de Timor*. Lisboa: Agência Geral das Colónias.
- FORBES, H., [1885]. *A naturalist's wanderings in the Eastern Archipelago*; a narrative of travel and exploration from 1878 to 1883. New York: Harper & Brothers. Disponível em <<https://archive.org/details/naturalistswande00forb>>, acesso em 11 ago. 2014.
- FRANÇA, B., [1897]. *Timor*. Lisboa: Companhia Nacional Editora.
- GEERTZ, C., [2008]. *A interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC - Livros Técnicos e Científicos Editora S.A. [A interpretação das Culturas. 1973].
- HEADRICK, D., [1981]. *The tools of empire: technology and European imperialism in the Nineteenth Century*. New York: Oxford University Press.
- HICKS, D., [2012]. *Indexing social space*. A marketplace in Timor-Leste. In: *Bijdragen tot de taal-, land- en volkenkunde / Journal of the Humanities and Social Sciences of Southeast Asia*. Volume 168, Issue 1, pp. 55 – 73.
- INSO, J., [1939]. *Timor - 1912*. Lisboa: Edições Cosmos.
- MARTINHO, J. S., [1943]. *Timor Quatro Séculos de Colonização Portuguesa*. Porto: Livraria Progredior.
- MARTINS, A., [2008]. *Sangue de Crocodilo a saga de Timor-Leste*. Lisboa: Prefácio.
- MENEZES, F. X., [2006]. *Encontro de Culturas em Timor-Leste (Contribuição para o seu estudo)*. Dili: Editora Crocodilo Azul. [Encontro de Culturas em Timor-Leste (Contribuição para o seu estudo). 1968].
- OLIVEIRA, C., [1971]. *Luta de Galos em Timor*. *Geographica - Revista da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Year VII, n ° 28, october, pp. 54-69.
- PÉLISSIER, R., [2007]. *Timor em Guerra A Conquista Portuguesa 1847-1913*. Lisboa: Editorial Estampa.
- ROQUE, R., [2010]. *Headhunting and Colonialism: Anthropology and the Circulation of Human Skulls in the Portuguese Empire, 1870-1930*. Hampshire: Palgrave MacMillan.
- SILVA, G., [1892]. *Em Timor*. Macau: Typografia Mercantil.
- SILVA, J. G. M., [1910]. *A mão d'obra em Timor: Breve memória sobre o seu território, clima, produção, usos e costumes indígenas, industria, agricultura e comércio*. Lisboa: Typographia A Editora.
- SOUSA, L., [2016]. *A Revolta de Manufahi de 1911-1912*. Testemunhos e a imprensa diária da época. In: FEIJÓ, R. *Timor-Leste Colonialismo, Descolonização, Lusotopia*. Lisboa: Edições Afrontamento. pp. 93 -117.
- THOMAZ, L. F., [1973]. *Vida Rural Timorense*. *Geographica - Revista da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Ano IX, n ° 33, janeiro, pp. 3-29.

YANG, A. A., [1998]. *Bazaar India: Markets, Society, and the Colonial State in Bihar*. Berkeley: University of California Press. Disponível em: <<http://ark.cdlib.org/ark:/13030/ft4779n9tq/>>. Acesso em: 11 ago 2014.